XXV ENCONTRO NACIONAL DO CONPEDI - BRASÍLIA/DF

DIREITO INTERNACIONAL I

FLORISBAL DE SOUZA DEL OLMO

GUSTAVO ASSED FERREIRA

ANDERSON ORESTES CAVALCANTE LOBATO

Copyright © 2016 Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito

Todos os direitos reservados e protegidos.
Nenhuma parte destes anais poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria – CONPEDI
Presidente - Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa – UNICAP
Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Ingo Wolfgang Sarlet – PUC - RS
Vice-presidente Sudeste - Prof. Dr. João Marcelo de Lima Assafim – UCAM
Vice-presidente Nordeste - Profa. Dra. Maria dos Remédios Fontes Silva – UFRN
Vice-presidente Norte/Centro - Profa. Dra. Julia Maurmann Ximenes – IDP
Secretário Executivo - Prof. Dr. Orides Mezzaroba – UFSC
Secretário Adjunto - Prof. Dr. Felipe Chiarello de Souza Pinto – Mackenzie

Representante Discente – Doutoranda Vivian de Almeida Gregori Torres – USP

Conselho Fiscal:
Prof. Msc. Caio Augusto Souza Lara – ESDH
Prof. Dr. José Querino Tavares Neto – UFG/PUC PR
Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Naspolini Sanches – UNINOVE
Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva – UFS (suplente)
Prof. Dr. Fernando Antonio de Carvalho Dantas – UFG (suplente)

Secretarias:
Relações Institucionais – Ministro José Barroso Filho – IDP
Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho – UPF
Educação Jurídica – Prof. Dr. Horácio Wanderlei Rodrigues – IMED/ABEDi
Eventos – Prof. Dr. Antônio Carlos Diniz Murta – FUMEC
Prof. Dr. Jose Luiz Quadros de Magalhaes – UFMG
Profa. Dra. Monica Herman Salem Caggiano – USP
Prof. Dr. Valter Moura do Carmo – UNIMAR
Profa. Dra. Viviane Coêlho de Séllos Knoerr – UNICURITIBA
Comunicação – Prof. Dr. Matheus Felipe de Castro – UNOESC

D598

Direito internacional I [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI/UnB/UCB/IDP/ UDF;
Coordenadores: Anderson Orestes Cavalcante Lobato, Florisbal de Souza Del Olmo, Gustavo Assed Ferreira – Florianópolis: CONPEDI, 2016.

Inclui bibliografia
ISBN: 978-85-5505-164-7
Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações
Tema: DIREITO E DESIGUALDADES: Diagnósticos e Perspectivas para um Brasil Justo.

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Brasil – Encontros. 2. Direito Internacional. I. Encontro Nacional do CONPEDI (25. : 2016 : Brasília, DF).

CDU: 34

CONPEDI
Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito

Florianópolis – Santa Catarina – SC
www.conpedi.org.br

XXV ENCONTRO NACIONAL DO CONPEDI - BRASÍLIA/DF

DIREITO INTERNACIONAL I

Apresentação

O Direito Internacional passou por importantes transformações nas últimas décadas. De um lado, a globalização e o incremento da tecnologia da informação significaram novos limites para os mais distintos campos do Direito Internacional e para as Relações Internacionais. Por outro lado, a crise global de 2008 e seus impactos, também significaram desafios adicionais para a disciplina e para os seus operadores. Os artigos apresentados no GT Direito Internacional I enfrentam o quadro acima descrito. Os trabalhos debatem as mais distintas áreas do Direito Internacional, tais como comércio internacional, meio ambiente, investimentos e arbitragem. Essa compilação de textos sintetiza, com a devida profundidade, a essência dos debates acontecidos em Brasília.

Prof. Dr. Florisbal de Souza Del Olmo (URI)

Prof. Dr. Gustavo Assed Ferreira (USP)

Prof. Dr. Anderson Orestes Cavalcante Lobato (FURG)

BRASIL E CHINA: BREVE ANÁLISE DE UMA PARCERIA SINÉRGICA.

BRAZIL AND CHINA : A BRIEF ANALYSIS OF A SYNERGISTIC PARTNERSHIP

Leila Maria Da Juda Bijos [1]
Patricia Caldas Meneses Pires Ferreira [2]

Resumo

Este trabalho faz uma revisão dos fatos históricos que marcaram, e ainda marcam, as relações Sino-Brasileira.Procura-se enfatizar o desenvolvimento das relações diplomáticas e comerciais travadas entre Brasil e China, observando a influencia da globalização para o estreitamento das relações internacionais. Para esta análise serão consideradas correntes teóricas e suas contribuições bem como dados e informações do Ministério da Relações Exteriores e Palácio do Planalto. Ademais procura-se informar ao leitor o estágio atual da cooperação Sino-Brasileira e seus possíveis desdobramentos.

Palavras-chave: Globalização, Relações internacionais, Cooperação, relações bilaterais sino-brasileira, cosban, plano de ação conjunta

Abstract/Resumen/Résumé

This paper reviews the historical events that have marked and still mark the Sino- Brazilian relations. seeks to highlight the development of diplomatic and trade relations between Brazil and China fought, checking the influence of globalization for the strengthening of international relations. For this analysis will be considered theoretical perspectives and their contributions as well as data and information from the Ministry of Foreign Affairs and the Presidential Palace. Furthermore seeks to inform the reader the current state of Sino-Brazilian cooperation and its possible outcomes .

Keywords/Palabras-claves/Mots-clés: Globalization, International relations, Cooperation , bilateral relations sino- brazilian , high-level committee , joint action plan

---

[1] Pós-Doutora pela Saint Mary's University, Canadá, 2015. Doutora em Sociologia do Desenvolvimento, Universidade de Brasília, Professora do Mestrado Stricto Sensu da Universidade Católica de Brasília.

[2] Mestranda da Universidade Católica de Brasília, Professora da Universidade Estadual do Piauí - UESPI e Estácio- Ceut de Teresina-Pi

1 INTRODUÇÃO

No mundo contemporâneo política, economia, sociedade e cultura se entrelaçam constituindo vastas redes de poder. A análise da integração e cooperação econômica no mundo se depara com enormes desafios ante ao processo de globalização que põe fim as fronteiras, diferenças e distâncias entre os atores envolvidos .

Nesse contexto ganha relevo as relações bilaterais travadas entre Brasil e China que descortinam um novo tipo de cooperação entre países e que surgiu a partir de um longo e paulatino processo de mudança na política de desenvolvimento econômico no mundo cujo início deve-se a grave crise econômica de 1970, onde se verificou o acirramento da concorrência intercapitalista em várias partes do mundo e a desregulação da competição patrocinada pelas políticas neoliberais.

Os espaços socioeconômicos ultrapassam os limites da fronteiras territoriais com a globalização e os Estados passam a ser cada vez mais influenciados por acontecimentos e decisões que se produzem fora do âmbito territorial e vice-versa. Em meio a esse emaranhado de relações entre os vários Estados e organismos internacionais que mantém entre si uma série de compromissos vinculantes e onde as perspectivas de poder, orientações, identidades e redes são diversas, destaca-se o papel fundamental da Governança internacional. Estabelecer um adequado nível de Governança parece indispensável quando se trata do processo de expansão das fronteiras econômica dos Estados, de maneira que assimetrias e desigualdades sejam evitadas tanto em caráter regional,local e global.

A parceria e cooperação entre Brasil e China visa, antes de tudo, aumentar o diferencial competitivo desses países ante a globalização e não obstante as diferenças geográficas e culturais, entre eles existem diversas semelhanças que os tornam parceiros potenciais e os colocam entre as principais economias em desenvolvimento do mundo. Porém, aumentar a competitividade em meio ao processo de globalização requer certos cuidados que transcendem a esfera do ter e do poder pelo poder.

O que se espera na realidade é que a parceria sinérgica entre o Dragão Asiático e o País do Carnaval e Futebol contribua para o desenvolvimento econômicos, sociais, culturais, trabalhistas, atentando para um desenvolvimento includente, sustentado e sustentável os dois países, onde se dê prioridade ao trabalho autônomo, ao desenvolvimento do ser, a inclusão social e a proteção ambiental.

O presente artigo tem como objetivo geral fazer uma revisão dos fatos históricos que caracterizam as parcerias realizadas entre Brasil e China observando nesse contexto a influência da globalização para a cooperação entre Nações, enfatizando especialmente a relações no campo diplomático e comercial.

Os objetivos específicos consistem em analisar brevemente as ideias centrais sobre a globalização e os diferentes impactos desse fenômeno no Brasil e na China, bem como destacar a influencia da globalização no fortalecimento das relações internacionais; verificar o início das relações econômicas e diplomáticas entre Brasil e China e; por fim, observar as relações bilaterais Sino-Brasileiras, enfatizando o e Plano de Ação Conjunta (PAC - 2015-2021) firmado pela Dilma Roussef e o Ministro da República Popular da China Li Keqiang.

2 GLOBALIZAÇÃO

2.1 Globalização: ideias centrais

O primeiro passo para a globalização deve-se principalmente à crise pela qual viveu o capitalismo na década de 70 em virtude da extrema intervenção Estatal na ordem econômica que acabou asfixiando os processos de acumulação de capital somado ao esgotamento das inovações tecnológicas de pós-guerra e crescente urbanização, tornando imperioso a reestruturação econômica dos Estados. A integração da produção por meio das corporações transnacionais que adotavam em seu processo produtivo a concepção de plena integração e articulação do sistema de produção mundial foi ganhando espaço e a empresa multinacional tradicional foi ao poucos substituída.

> O fenômeno da transnacionalização ganhou maior evidência, e as decisões globais passaram a visar o aproveitamento máximo de oportunidades identificadas geograficamente onde se encontrava localizada a rede de produção.(...) O sentido de adaptação às condições locais permite às corporações transnacionais aproveitarem as vantagens competitivas no plano mundial. (POCHMAM, 2009,p.30)

A doutrina enfatiza, por oportuno, que a história da Globalização é relativamente recente e remonta a década de 80 e 90, muito embora, suas raízes possam ser verificadas em momentos históricos anteriores, principalmente nos momentos em que o ser humano buscou a exploração de novos mercados e descobrimento de novas culturas,pois é fato que mesmo antes do movimento de globalização ganhar terreno assistiu-se na década de

50 a uma tendência de integração de economias vizinhas formando uma espécie de globalização limitada geograficamente.

Fábio Nusdeo destaca a globalização em sua história recente:

> Em vista deste e de outros fatores, assiste-se,desde meados da década de 80 no Primeiro Mundo e a partir dos primeiros anos de 90 na América Latina, a um processo de quebra de barreiras e de liberalização geral do comércio exterior, não apenas no campo estritamente mercantil, mas igualmente no movimento de recursos financeiros, transferência de tecnologias investimentos e outros.A medida que essa tendência se generaliza, e passa a abarcar um grande número de nações,ela ganha o nome de globalização, para significar que os critérios de eficiência na produção, na comercialização, nos investimentos,em toda a economia,enfim, são fixados em nível mundial não mais nacional ou local(NUSDEO,2000, p. 331-332)

É notório que a globalização atinge de forma direta a noção de Soberania, traz à lume um novo tipo de constitucionalismo,conhecido como constitucionalismo global, além disso é vista por muitos autores como algo incompatível com a democracia e ainda cria uma nova forma de organização global,eliminado fronteiras, fazendo surgir novas liberdades sociais e formas de interações.

Observa-se portanto que Globalização envolve a expansão e busca de novos mercados, busca de novas tecnologias, abertura de mercado, mitigação de fronteiras, intenso fluxo de capital,circulação livre de moedas,pessoas e de culturas.Trata-se de um amplo processo de intercâmbio mundial e que requer dos Países a capacidade de se reinventar e buscar formas de desenvolvimento sustentável, daí surgindo a necessidade de integração entre os Estados, sem descuidar e abandoar sua soberania e procurando manter viva a democracia adaptando-a ao contexto global .

2.2 As diferenças no fenômenos da Globalização no Brasil e na China

Em 1989, o Consenso de Washington estipulou um conjunto de regras a serem seguidas pelos países em desenvolvimento que passavam por dificuldades e tonou-se em 1990 a política monetária do Fundo Monetário Internacional (FMI). Entre as regras dessa política macroeconômica que deveriam ser adotadas pelos países para promover o desenvolvimento econômico e social estavam a disciplina fiscal, privatização das estatais, desregulamentação e desburocratização, redução dos gastos públicos, reforma tributária, juros de mercado, câmbio de mercado, abertura comercial, investimento estrangeiro direto, com eliminação de restrições direito à propriedade intelectual.

O Brasil foi uma dos países em desenvolvimento que adotou o modelo neoliberal previsto em Washington, já a China preferiu tomar rumos diferentes e adotar uma política econômica própria.

Ao falar sobre globalização Joseph Stiglitz , explica com maestria a cautela adotada pela China ante ao avanço da globalização:

> A globalização desempenhou um papel tanto nos maiores sucessos como em alguns grandes fracassos. O crescimento econômico da China, que se baseou nas exportações, tirou centenas de milhões de pessoas da pobreza. Mas os Chineses administraram a globalização com cautela: o país demorou a abrir seus mercados para as importações e ainda hoje não permite a entrada de dinheiro especulativo - dinheiro que busca altos rendimentos no curto prazo e entra correndo num país numa onda de otimismo e foge rapidamente ao primeiro sinal de dificuldades. O governo chinês percebeu que embora o influxo rápido de capitais pudesse trazer um boom de curta duração, as recessões e depressões que poderiam vir depois provocariam danos de longa duração(STIGLITZ, 2007, p.71.).

Brasil e China, portanto, adotaram posturas diferentes diante da globalização econômica cada vez mais crescente e não é possível afirmar qual dos dois países tomou a decisão mais acertada, mas é possível dizer que o desenvolvimento econômico na China nos últimos cinco anos trouxe resultados positivos.

2.3 A globalização e a necessidade de fortalecimento das Relações Internacionais e Integração dos Estados

Analisar, estudar e observar o fenômeno da Globalização mostra-se como verdadeiro desafio no meio econômico e social, sendo tema de constante atualidade. O caminho para a Globalização foi lento e gradual e "abrange fluxo internacional de ideias e conhecimento, o compartilhamento de culturas, uma sociedade civil global e o movimento ambiental mundial".(STIGLITZ, 2007, p.62) e a globalização econômica "implica uma maior integração econômica dos países do mundo por meio de aumento do fluxo de bens e serviços,capitais e até mão-de-obra".(STIGLITZ, 2007, p.62).

A globalização mudou o cenário que envolve os espaços socioeconômicos , onde os Estados passam a ser cada vez mais influenciados por acontecimentos e decisões que se produzem fora do âmbito territorial e vice-versa. Em meio a esse emaranhado de

relações entre as vários Estados e organismos internacionais que mantém entre si uma série de compromissos vinculantes e onde as perspectivas de poder, orientações, identidades e redes são diversas, ganha relevância a criação de Blocos Econômicos como forma de integração entre os Estados e estratégia de sobrevivência ante a esse processo de crescente e continua abertura de mercados.

Os Estados soberanos passaram a obervar que incentivar apenas o desenvolvimento local e interno com a adoção de estratégias localistas sem pensar no aspecto global poderia conduzir a um verdadeiro declínio no desenvolvimento social e econômico daquele Estado. Além disso, observava-se a presença de problemas comuns entre alguns países atinentes a matéria ambiental, desenvolvimento de tecnologias , desarmamento e proteção de direitos humanos. Assim numa solução para sair de crises e buscar o crescimento econômico e humano muitos países vizinhos começaram a buscar diferentes formas de integração a exemplo da Europa por meio da criação da União Européia e dos Países da America Latina com a implementação do Mercosul.

Roberto Luis Silva aponta que:

> A globalização não ocorre apenas em razão da intensa circulação de bens, capitais, informações e de tecnologia pelas fronteiras nacionais, com a consequente criação de um mercado mundial, mas também em função da universalização dos padrões culturais e da necessidade de equacionamento comum de problemas que afetam a totalidade do planeta, como combate a degradação do meio ambiente, a proteção dos direitos humanos, o desarmamento nuclear e o crescimento populacional(SILVA, 1999,P.28).

Observa-se que o fenômeno da globalização trouxe uma mudança paradigmática nas relações internacionais, o que forçou Estados a repensar sobre a concepção de Soberania e buscar alianças para que juntos possam enfrentar os problemas em comuns e buscar um desenvolvimento equilibrado e sustentável. Dentro desse fenômeno tem-se a relação entre Brasil e China que possui origens remotas mas cujo fortalecimento de laços e acordos já ocorreu recentemente.

2.4 A globalização e suas vertentes: o regionalismo e o multilateralismo.

A abertura de mercado em decorrência da globalização, os processos de internacionalização do direito e o aumento da interdependência global conduzem a uma integração entre os Estados em diferentes níveis. Uma das formas de integração é a

regional, onde os Estados unem-se a outros próximos e onde se verifica que a integração é facilitada por fatores como proximidade geográfica, interesses comuns e facilidades de integração de estruturas de produção. A outra forma de integração é a global, onde ocorre a união dos Estados com dezenas ou centenas de outros Estados com vistas a formulação de processos e estratégias comuns de integração.

A integração entre os Estados em seus diferentes Níveis foi muito bem retratada por Arenal quando aduz

> El fenomeno de la integración de la formación de una comunidad política por unión de dos o más unidade politicas, puede situarse a distintos níveles. A nível nacional, entre las diversas comunidades que constituyem una comunidad nacional; a nivel regional, entre diversas unidades estatales, y a nivel mundial,entre todas las unidades que configuram el sistema internacional.Por otro lado, en cada uno de estos niveles es posible considerar diversas formas de integración. En todo caso,lo que caracteriza la integración es la existência de condiciones que permitem, sin el recurso a la guerra, avanzar en el camino de la superacion de las diferencias, tensiones y conflitos entre las diversas unidades políticas.(ARENAL,2003, p.239)

A globalização provoca muitas transformações no cenário internacional contemporâneo fazendo surgir no cenário internacional suas tendências:uma regionalista e outra multilateralista.O regionalismo está relacionado a formação de blocos econômicos,a exemplo do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e da União Europeia(UE). Por outro lado, o multilateralismo leva em consideração negociações em níveis mais amplos e se expressa, sobretudo, no âmbito da Organização Mundial do Comércio(OMC)

Multilateralismo e regionalismo muito embora sejam considerados fenômenos diferentes possuem em comum o fato de serem alinhamentos entre Estados com objetivos específicos. Assim, esses fenômenos de integração Regional se consubstanciam em alternativas encontradas pelos países para alcançar um desenvolvimento sustentável diante do cenário da globalização

Leila Bijus e Tatiana Kelly Lima sobre assunto, ressaltam:

> [...] nota-se que todos esses fenômenos veem ocorrendo contra um cenário de crescente globalização, a qual vista de um prisma puramente econômico, consiste na internacionalização da produção, sendo que tanto a regionalização quanto a multilateralização são respostas encontradas pelos países para fazerem face à nova realidade internacional.(2012,p.14)

É possível obervar que as relações Sino-Brasileiras são inspiradas na vertente multilateralista da globalização e que o estreitamento e fortalecimento de tal laço passou por um longo caminho histórico que será estudado em seguida.

3 BRASIL E CHINA

3.1 O Início da relação Sino-brasileira

Brasil e China estabeleceram os primeiros contatos ainda no século XIX quando o governo brasileiro passou a ter interesse em incentivar a vinda de chineses (mão-de-obra) para trabalhar no país, principalmente na atividade cafeeira. Porém, tal intento brasileiro não logrou êxito, ante a uma perspectiva negativa do Governo Chinês em torno do comportamento do Brasil relacionado a essa mão de obra, vez que ainda predominava no país a escravidão.

De acordo com Edmundo Sussumu Fujita(2011)[1] em realidade, as relações formais entre Brasil e China datam do século XIX, quando uma missão especial, integrada pelo Ministro polipotenciário Eduardo Calado, Almirante Arthur Silveira Mota(Barão de Jaceguay) e Secretário Henrique Carlos Ribeiro, firmou em 5 de setembro de 1880 um Tratado de Amizade, comércio e Navegação, em Tientsin, posteriormente substituído por novo acordo datado de 3 de outubro de 1881. Entretanto o objetivo maior da iniciativa, que era de promover a imigração chinesa ao Brasil, não teve maiores desdobramentos, em vista da conjuntura política e econômica internacional à época[2]

No ano de 1911, Sun Yatsen[3] proclama a República da China que foi reconhecida pelo Brasil em 1913. Ocorre que as relações Sino-brasileiras durante um

[1] Edmundo Sussumu Fujita é Diplomata de carreira e serve atualmente como Embaixador do Brasil na Coreia do Sul. Exerceu anteriormente os cargos de Embaixador na Indonésia, Diretor do Departamento de Ásia e Oceania do Itamaraty, subsecretário de Análise e Avaliação da Secretaria de Assuntos Estratégicos, Representante Alterno do Brasil no Conselho de Segurança das Nações Unidas e Diplomata nas embaixadas em Moscou, Tóquio e Londres.

[3] Estadista, político e líder revolucionário Chinês. Pioneiro da China Republicana, Sun é conhecido referido como o Pai da Nação. Desempenhou um papel fundamental na derrubada da Dinastia Qing em outubro de 1911, a última dinastia imperial da China

longo período (1911-1949) foram praticamente restringidas ao âmbito diplomático.O Brasil, após a Segunda Guerra mundial e dentro do contexto da Guerra Fria, passou a se alinhar as visões estratégicas de Washington, e por outro lado, a China Continental perseguiu rumos diferentes. Assim, quando o líder Comunista Mao Ze Dong fundou a República Popular da China, o Brasil rompe os laços e reconhece Taiwan (China Nacionalista) como a legítima representante do povo chinês.

A partir de 1961 o governo brasileiro inicia um processo de reaproximação com a República Popular da China por meio de uma viagem em missão comercial brasileira liderada pelo então vice-presidente João Goulart. Em 1964 houve um retrocesso no processo de reaproximação Brasil e China, tendo em vista que com o Golpe Militar no Brasil uma missão chinesa foi presa.

O presidente Ernesto Geisel, em 1974, reatou as relações diplomáticas com a China e lançou as bases para um convênio bilateral de sucesso que se consolidou das décadas posteriores.

3.2 As Relações Político Diplomáticas

Atualmente a China é considerada a principal parceira comercial do Brasil,porém,antes desta parceria estratégica se concretizar, a China era vista apenas como uma auxiliar na política Brasileira.

No inicio a parceria Sino-Brasileira careceu de uma definição mais precisa e deu margens a comportamentos divergentes e acordos muito amplos. A relação entre Brasil e China, por exemplo, foi abalada pelo veto dado pela China à entrada do Brasil no Conselho de Segurança.

No campo diplomático duas questões diplomáticas foram cruciais durante o Governo de Luis Inácio Lula da Silva. De um lado a China exigia do Brasil o reconhecimento do país Asiático como economia de mercado e não mais como um mero mercado em transição. O Brasil, por sua vez, buscava apoio chinês na reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas- CSNUC.

Não obstante o veto Chinês à entrada do Brasil no Conselho de Segurança, ao receber a visita do Presidente Hu Jintao[4] em 2004, o governo brasileiro atendeu ao

[4] Político da Republica Popular da China e Secretário Geral do Partido Comunista da China.Atualmente é o principal membro do Secretariado do Partido Comunista Chinês, o presidente da China.

pleito Chinês reconhecendo-a como economia de mercado, fato que proporcionou a ascensão chinesa no cenário internacional. Essa abertura econômica provocou mudanças nas estruturas econômicas Chinesas, tornando-a uma economia de mercado, facilitando relações junto a Organização Mundial do Comércio - OMC e permitindo que a China se tornasse um Global Player ativo e confiável no cenário internacional.

4 RELACÕES COMERCIAIS BILATERAIS SINO-BRASILEIRAS

4.1 Histórico da boa relação.

A relação política e comercial sino-brasileira teve inicio com a abertura comercial do país asiático na década de 70. A partir do ano 2000, o Brasil intensificou as suas relações comerciais com a China, principalmente em agronegócios e minerais. Em 2004 o intercambio comercial entre os dois países atingiu a marca de histórica de USS 9,148 bilhões, com superavit de USS 1,729 bilhões para a balança brasileira e desde 2009 o Brasil tornou-se o maior parceiro comercial da China tanto no contexto da América Latina, quanto na Ásia.

Em 19 de maio de 2015, Brasil e China assinaram um Plano de Ação conjunta no período de 2015 a 2021, considerado um marco na estreita relação entre os dois países. Foram assinados 35 acordos que abrangem segmentos de infraestrutura, manufaturas, comércio, planejamento estratégico, infraestrutura, transporte, agricultura, energia, mineração, ciência e tecnologia, comercio entre outros.

Na atualidade, Brasil e China mantêm importantes fluxos de investimentos bilaterais. As trocas comerciais entre os dois países alcançaram US$ 77,9 bilhões em 2014, com superávit brasileiro de US$ 3,3 bilhões. Do lado brasileiro, destacam-se os setores aeronáutico, bancário, de máquinas, autopartes e agronegócio. Tem-se observado, também, diversificação dos investimentos chineses no Brasil para setores de energia, eletrônicos, automotivo e bancário.[5]

De acordo com José Alfredo Graça Lima, subsecretário-geral político do Itamaraty, "as relações bilaterais entre o Brasil e a China apontam para um novo tipo de cooperação entre os dois países: com muito mais foco em investimentos em aumento da

[5] Notícia publicada no site do Planalto: Principal parceiro comercial desde 2009, China amplia investimentos no Brasil, disponível em http://www2.planalto.gov.br/noticias/2015/05/principal-parceiro-comercial-desde-2009-china-amplia-investimentos-no-brasil por Portal Planalto Publicado: 19/05/2015 14h32, acesso em 05.07.2015.

capacidade produtiva, com aporte chinês em matéria de tecnologia para diferentes áreas".[6]

4.2 COSBAN

A Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação - COSBAN, foi criada em maio de 2004 durante a visita do Presidente Luis Inácio Lula da Silva à China. A Comissão Sino-Brasileira deverá promover a cada dois anos, contatos regulares entre altos representantes dos dois países, com o objetivo de incentivar o relacionamento bilateral.[7]

A COSBAN cumpre papel fundamental na avaliação e planejamento e implementação de uma ampla agenda de cooperação.

Sobre a COSBAN, o Vice Presidente da República Michel Temer, assim se pronunciou:

> A COSBAN é o mecanismo de concertação bilateral de mais alto nível e foi estabelecido por ato constitutivo, de 2004, no qual se determinam a presidência e a condução dos trabalhos, pelo lado brasileiro, ao Vice-Presidente da República. O alto nível de interlocução política de nosso mecanismo atesta a elevada importância atribuída por nossos governos às relações sino-brasileiras e favorece a concretização das ambiciosas metas que distinguem nossas relações.[8]

Ao final de seu pronunciamento Michel Temer ainda destaca:

> Brasil e China são parceiros em um conjunto relevante de iniciativas na esfera internacional, o que se reflete no empenho conjunto de aprimorar a governança de instituições multilaterais e de permitir maior participação de países emergentes em seu processo decisório, de modo a torná-las mais legítimas e representativas.Nesse processo, a COSBAN deve consolidar-se como força-motriz para o fortalecimento de uma parceria estratégica "eficiente" entre Brasil e China, em bases equânimes e recíprocas, que se projete em prol de um mundo melhor.[9]

---

[6] Idem.

[7] Informação obtida em O Estado de S. Paulo, caderno Economia, 21/03/06 <http://www.radiobras.gov.br/abrn/brasilagora/materia.phtml?materia=259226>

[8] Dircurso do Vice presidente Michel Temer por ocasião da abertura da Iv sessão Plenária da Comissão Sino Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação - Cosban - Brasília, 26 de julho de 2015 disponível em <http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=10344:discurso-do-vice-presidente-michel-temer-por-ocasiao-da-abertura-da-iv-sessao-plenaria-da-comissao-sino-brasileira-de-alto-nivel-de-concertacao-e-cooperacao-cosban-brasilia-26-de-junho-de-2015&catid=200&lang=pt-BR&Itemid=452> Acesso em 07.07.15

[9] Idem

Espera-se que a Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação(COSBAN) cumpra o papel de fortalecer as relações entre Brasil e China e contribuindo sobretudo para o eficiente desenvolvimento econômico dos dois países.

4.3 O Plano de Ação Conjunta entre Brasil e China(PAC 2015-2021)

O Plano de Ação Conjunta entre Brasil e China, PAC 2015-2021, inaugura uma etapa superior no relacionamento entre os dois países. O acordo foi firmado entre a Presidenta Dilma Roussef e o Primeiro Ministro da República popular da China Li Keqiang.

Espera-se que o PAC Sino-Brasileiro aponte para uma parceria sinérgica[10] que leve em consideração a necessidade de desenvolvimento e sobrevivência sem descuidar das condições ambientais naturais e artificiais. O Embaixador Edmundo Sussumu Fujita em importante artigo sobre relação entre Brasil e Ásia do Leste e enfatiza "deve-se buscar urgentemente um tratamento holístico dessas questões imbricantes por meio do engajamento proativo de todos os atores sociais, econômicos e políticos relevantes, tendo em vista que seus efeitos, quer positivos, quer negativos,repercutam sobre os pequenos e os grandes países, as camadas afluentes e as menos favorecidas, e no final das contas, o indivíduo e o conjunto da humanidade em bases democráticas e não discriminatórias."[11]

O PAC é considerado o documento básico que guiará as relações Sino-Brasileiras. Segundo a presidente Dilma Roussef:

> O novo PAC terá objetivos claros, metas definidas e concretas e sua importância está expressa nos múltiplos acordos governamentais e empresariais firmadas hoje, em especial nas áreas de investimentos e comércio. Teremos oportunidade de dialogar com o empresariado dos dois países sobre o importante papel que exercem nesse processo de aproximação.[12]

---

[10] O termo parceria sinérgica utilizado neste artigo inspirou-se no artigo publicado pelo Embaixador FUJITA, Edmundo Sussumu. O Brasil e a Ásia do Leste - apontamentos para a construção de parcerias sinérgicas. In: Revista de Política Externa.Vol 20, nº2, Set/Out/Nov,2011.

[11] FUJITA, Edmundo Sussumu. O Brasil e a Ásia do Leste - apontamentos para a construção de parcerias sinérgicas. In: Revista de Política Externa.Vol 20, nº2, Set/Out/Nov, 2011.

[12] Pronunciamento da presidenta Dilma Roussef disponível em http://blog.planalto.gov.br/plano-de-acao-conjunta-amplia-investimentos-em-infraestrutura-comercio-e-educacao/acesso em 27.01.2016.

Segundo informações fornecidas pelo site do Palácio do Planalto os 35 acordos assinados entre os governos brasileiros e chinês envolvem vários setores da economia brasileira, dentre eles:

RELAÇÕES EXTERIORES

- Plano de ação conjunta entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Popular da China (2015 – 2021)
- Memorando de entendimento para implementação de projetos para promoção de investimentos e criação de oportunidades de negócios entre os dois países.

COMUNICAÇÕES:

- Memorando de entendimento sobre sensoriamento remoto, telecomunicações e tecnologia da informação
- Acordo de colaboração para financiamento e operação de Projeto Free Wifi 4G
- Acordo entre a Vivo e a Huawei sobre o Projeto Tech City para ampliação da cobertura e do sinal na região do centro do Rio de Janeiro e na região do Porto Maravilha
- Acordo sobre centro conjunto de inovação na área de telefonia celular
- Memorando de entendimento de cooperação estratégica em soluções fixas e móveis

PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

- Acordo-quadro para o desenvolvimento do investimento e cooperação na área de capacidade produtiva e o programa de colheita precoce dos investimentos e cooperações na área de capacidade produtiva entre Brasil e China

TRANSPORTES

- Memorando de entendimento sobre estudos de viabilidade do Projeto Ferroviário Transcontinental
- Acordo-quadro de financiamento sobre a compra de 40 aeronaves da Embraer
- Contrato de financiamento leasing operacional para a Azul Linhas Aéreas

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

- Protocolo complementar sobre a pesquisa e produção conjunta do satélite de recursos terrestres China-Brasil (Cbers) 04a
- Acordo de cooperação científica
- Memorando de entendimento sobre oferta de treinamento em tecnologia da informação a bolsistas do programa Ciências sem Fronteiras

AGRICULTURA E PECUÁRIA

- Protocolo de requisito de saúde e quarentena sobre a exportação da carne bovina do Brasil à China
- Acordo de cooperação sobre saúde animal e quarentena animal
- Acordo-quadro de cooperação trilateral entre o governo do estado do Mato Grosso do Sul, o Banco de Desenvolvimento da China e o grupo China BBCA sobre o processamento de milho e soja

ESPORTES

- Memorando de entendimento para cooperação esportiva nas modalidades de tênis de mesa e badminton

ENERGIA

- Memorando de entendimento sobre cooperação na área de tecnologia nuclear

- Acordo de conclusão de transferência de ações da EDPR para o Grupo Três Gargantas sobre projeto de energia eólica
- Memorando de entendimento sobre cooperação em promoção de comércio e investimentos para construção de painéis solares fotovoltaicos

PETROBRAS

- Acordo-quadro de cooperação para financiamento de projetos da Petrobras no valor de US$ 5 bilhões
- Acordo-quadro de cooperação para financiamento de projetos da Petrobras no valor de US$ 2 bilhões
- Acordo de cooperação para a criação de relacionamento de longo prazo

COMÉRCIO EXTERIOR

- Memorando de cooperação financeira global entre a Vale e ICBC para oferta de serviços financeiros no valor de US$ 4 bilhões
- Contrato de compra e venda de ações do Banco BBM S.A. pelo Banco de Comunicações da China
- Acordo de cooperação para parcerias preferenciais e acesso ao mercado brasileiro de capitais

INFRAESTRUTURA

- Contrato de afretamento entre a Vale e a Cosco
- Memorando de entendimento visando à criação do Polo Automotivo de Jacareí/SP
- Acordo de cooperação para a instalação de complexo siderúrgico no Maranhão
- Memorando de financiamento sobre projeto de compra de 14 navios de minério de ferro de tonelagem de 400 mil toneladas
- Memorando de financiamento sobre projeto de compra de 10 navios de minério de ferro de tonelagem de 400 mil toneladas
- Memorando de entendimento para aquisição de 4 navios da Class carregadores de minério de grande porte
- Acordo-quadro entre China Merchants Shipping e Vale para transporte marítimo de minério de ferro

MEIO AMBIENTE

- Memorando de entendimento para parceria privada com vistas à elaboração de projeto no âmbito no programa de integração da Amazônia Legal para renovar e ampliar o atual Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam)

O Brasil é país rico em matéria prima e a China, por sua vez, possui forte potencial tecnológico e científico. Nota-se que tal parceria abrange setores da economia onde se tenta conjugar as principais potencialidades dos dois parceiros como Comunicações, Planejamento, Orçamento e Gestão, Transporte, Ciência e Tecnologia, Infraestrutura,Energia, Meio Ambiente, Agricultura e Pecuário e Comércio Exterior.[13]

[13] Essas informações foram extraídas do site do Planalto. Fonte: http://www2.planalto.gov.br/noticias/2015/05/principal-parceiro-comercial-desde-2009-china-amplia-investimentos-no-brasil, acesso em 05.07.2015.

5. CONCLUSÃO.

A integração econômica das nações possui conteúdo social, cultural, político e essencialmente econômico, por isso mesmo considerado como um processo polissêmico. A globalização é uma das principais, senão a principal marca do mundo contemporâneo constituindo-se em uma vasta rede de poder em que política, economia, sociedade e cultura se entrelaçam numa escala global.

Observa-se que o fenômeno da globalização apesar de ser considerado um processo histórico recente, possui raízes mais remotas, principalmente em momentos da história em que o homem buscou a exploração de novos mercados e descoberta de novas culturas.

A globalização trouxe mudanças no cenário socioeconômico e por isso os Estados passaram a adotar estratégias pensadas para além do cenário local e vislumbrando aspectos globais. Nesse contexto ganha ênfase a cooperação entre países com afinidades geográficas, econômicas ou culturais, numa solução para sair das crises e buscar o crescimento econômico e sustentável.

Dentro desse contexto surge a importância de se estudar as relações bilaterais comerciais entre os países numa tentativa de alcançar um desenvolvimento sustentável ante ao crescimento e forte avanço da globalização. De modo mais específico, o presente estudo buscou observar as Relações travadas entre Brasil e China desde suas raízes até a conjuntura atual.

O Brasil durante muito tempo esteve ausente da lista dos principais países receptores de investimento estrangeiro direto(IED) chinês,porém, a partir de 2009 tal investimento apresentou um crescimento sem precedentes e iniciou uma nova fase nas relações Sino-Brasileiras.

As relações comerciais entre Brasil e China aponta para perspectivas positivas, pois de um lado encontra-se a China alicerçada em sólidos fundamentos, por exemplo pesados investimentos em ciência e tecnologia, elevados investimentos estrangeiros diretos, reservas internacionais vultosas, e de outro lado, o Brasil, país em desenvolvimento, repleto de riquezas naturais e que precisa retomar com urgência o ciclo virtuoso de crescimento.

Por fim, ressalta-se a importância da COSBAN e do Plano de Ação Conjunto, que foi firmou 35 acordos e que trazem para China e Brasil a perspectiva de conseguir alcançar o tão almejado desenvolvimento permanente e sustentável.

REFERÊNCIAS

ARENAL, Celestino del. **Introduccion a las relaciones internacionales**. Coleccion de ciências sociales-série de relaciones internacionales.3.ed.rev.ampl.reimpression. Madrid:Tecnos,2003.

BIJOS, Leila. LIMA, Tatiana Kelly. **Integração Econômica da América do Sul:entre o discurso e as reais possibilidades de integração. Uma visão brasileira.**IV Seminário de Pesquisa Interdisciplinar.Democracia e informação como ferramentas de exclusão e gestão: Um debate interdisciplinar.Universidade do Sul de Santa Catarina, SC, Brasil. 21,22 e 23 de maio de 2012.

FUJITA, Edmundo Sussumu. **O Brasil e a Ásia do Leste - apontamentos para a construção de parcerias sinérgicas**. In: Revista de Política Externa.Vol 20, nº2, Set/Out/Nov,2011.

FUJITA, Edmundo Sussumu. **O Brasil e a China: uma parceria estratégica modelar**.In: Revista política Externa. Vol.20.n.2 Set/Out/Nov ,2011.

NUSDEO, Fabio. **Curso de Economia: Introdução ao Direito Econômico**. 2 ed. revista. São Paulo: RT, 2000.

POCHMANN, Marcio. **Qual desenvolvimento? Oportunidades e dificuldades do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Publisher Brasil, 2009.

SILVA, Roberto Luiz. **Direito Comunitário e de Integração**. Porto Alegre: Síntese,1999.

STIGLITZ, Joseph E. **Globalização: Como dar Certo**.São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

Acesso à Internet

BRASIL. PALÁCIO DO PLANALTO PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Principal parceiro comercial desde 2009 China amplia investimentos no Brasil**. Disponível em <http://www2.planalto.gov.br/noticias/2015/05/principal-parceiro-comercial-desde-2009-china-amplia-investimentos-no-brasil> Portal Planalto Publicado: 19/05/2015 14h32.Acesso em 05.julho de 2015.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. O ESTADO DE S. PAULO.**COSBAN. Comissão Sino Brasileira de Alto Nível do Concertação e Cooperação.** Disponível

em < http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpcms/siglario2/c/COSBAN.html>.Acesso em 04 de julho de 2015.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Discurso do Vice Presidente Michel Temer por ocasião da abertura da IV sessão plenária da comissão Sino Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação - COSBAN**. Disponível em <http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=10344:discurso-do-vice-presidente-michel-temer-por-ocasiao-da-abertura-da-iv-sessao-plenaria-da-comissao-sino-brasileira-de-alto-nivel-de-concertacao-e-cooperacao-cosban-brasilia-26-de-junho-de-2015&catid=200&lang=pt-BR&Itemid=452>. Acesso em 03 de Julho de 2015.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Blog do Planalto. **Pronunciamento da presidenta Dilma Roussef**. Disponível em <http://blog.planalto.gov.br/plano-de-acao-conjunta-amplia-investimentos-em-infraestrutura-comercio-e-educacao/>
Itemid=452